

GEOGRAFIA: Ambiente, Educação e Sociedades GeoAmbES



ARTIGO

ECONOMIA CAMPONESA, EDUCAÇÃO E COMPLEXOS ORGANIZACIONAIS: VOZES DOS/AS CAMPONESES/AS RELATIVAS AOS CONTEXTOS VIVENCIADOS

Peasant economy, education and organizational complexes: voices of peasants related to the contexts they experienced

Economía campesina, educación y complejos organizativos: voces de los campesinos relacionados con los contextos vividos

Laudemir Luiz Zart

Graduado em Filosofia e Doutor em Política Científica e Tecnológica. Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da Unemat. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9117-0782> E-mail: laudemirzart@unemat.br

Como citar este artigo:

ZART, Laudemir Luiz. Economia Camponesa, educação e complexos organizacionais: vozes dos/as camponeses/as relativas aos contextos vividos. **GEOGRAFIA: Ambiente, Educação e Sociedades** – GeoAmbES, Jul./Dez. v. 2, n. 6, p. 75–94, 2024.

Disponível em:
<https://periodicos.unemat.br/index.php/geoambes/index>

Volume 2, número 6 (2024)
ISSN 25959026

Economia Camponesa, educação e complexos organizacionais: vozes dos/as camponeses/as relativas aos contextos vividos.

ECONOMIA CAMPONESA, EDUCAÇÃO E COMPLEXOS ORGANIZACIONAIS: VOZES DOS/AS CAMPONESES/AS RELATIVAS AOS CONTEXTOS VIVENCIADOS

Peasant economy, education and organizational complexes: voices of peasants related to the contexts they experienced

Economía campesina, educación y complejos organizativos: voces de los campesinos relacionados con los contextos vividos

Resumo

Refletimos a correlação da economia camponesa, da educação do campo e as organizações sociais camponesas em assentamentos da reforma agrária e de comunidades tradicionais. Com a metodologia da pesquisa participante apreendemos as vozes dos/as camponeses/as para a interpretação dos contextos sociais. Objetivamos apreender a correlação das experiências camponesas com a construção de realidades educacionais, a compreensão crítica das contradições das estruturas de dominação, o pensar metodologias e práticas coletivizadas emancipatórias. Os resultados sistematizados em temáticas agregam significados e sentidos do campo, contrastes da organização e da economia camponesa, e, a construção de políticas públicas.

Palavras-chave: Educação do campo; Organizações camponesas; Economia camponesa.

Abstract

We reflect the correlation between rural economy, rural education and rural social organizations in agrarian reform settlements and traditional communities. With the methodology of participant research we learn the voices of the peasants for the interpretation of social contexts. We aim to learn to correlate rural experiences with the construction of educational realities, to critically understand the contradictions of the structures of domination, or to think about emancipatory collectivized methodologies and practices. The results systematized in themes add meanings and senses to the field, contrasts in the organization and the rural economy, and to the construction of public policies.

Keywords: Countryside education. Country organizations. Country economy.

Resumen

Recordamos la correlación entre la economía campesina, la educación del campo y las organizaciones sociales campesinas en los acuerdos de la reforma agraria y de las comunidades tradicionales. Con la metodología de investigación los participantes aprenderemos las voces de los/las campesinas/as para la interpretación de los contextos sociales. Nuestro objetivo es comprender la correlación de las experiencias campesinas con la construcción de realidades educativas, comprender críticamente las contradicciones de las estructuras de dominación y pensar metodologías y prácticas colectivas emancipadoras. Los resultados sistematizados por temáticas agregan significados y sentidos del campo, contrastes entre la organización y la economía campesina, y la construcción de políticas públicas.

Palabras clave: Educación del campo; Organizaciones campesinas; Economía campesina.

Introdução

Apresentamos reflexões empírico-históricas das percepções e das experiências camponesas participantes em processos e na proposição de ações organizativas e educacionais. A partir das investigações e sistematizações de informações de campo, questionamos como está o campo quando olhado e problematizado a partir das falas e dos escritos, ou mais especificamente, das vozes dos/as camponeses/as ao interpretar as realidades e as condições dos espaços sociais, da economia e da organização. Quais são as condições materiais, de vida e da organização camponesa? Qual a percepção de campo? O que é a economia camponesa? O que são e como estão as políticas públicas?

Centramos o objetivo do artigo na apreensão da correlação dos contextos sociohistóricos das experiências camponesas com a construção de realidades educacionais que possibilitam a compreensão crítica das contradições das estruturas de dominação dos/as camponeses/as e dos movimentos sociais que implicam as práticas e o pensar em metodologias organizacionais coletivizadas. A coletividade é um fazer-se na história que se assenta no reconhecimento das percepções que se constituem nas experiências de sujeitos individuais na correlação com outros/as sujeitos, irrompendo possibilidades de construção de realidades sociais de cooperação que atentam para as necessidades e os projetos sociais das comunidades camponesas.

Temos como pressuposto que os complexos organizacionais do campo que englobam questões políticas, econômicas e culturais são condições existenciais para o desenvolvimento de projetos educacionais pertinentes. A educação do campo é a implicação dos sujeitos na formação do pensar e do fazer nos espaços camponeses. Neste sentido há uma relação de interdependência entre a educação formal escolar e a formação cultural de constituição de visões de mundo e de práticas sociais camponesas nas vivências cotidianas.

Para desenvolver estas questões, realizamos uma investigação em oito assentamentos de reforma agrária e cinco comunidades tradicionais do território de Cáceres, localizado no Sudoeste do Estado de Mato Grosso. As ações de extensão universitária para a formação com grupos camponeses ocorreram no transcorrer de 2019 e 2023. As investigações de campo foram complementadas com a codificação e a sistematização dos dados para a interpretação dos sentidos das vozes dos camponeses e das camponesas. Estas ações e reflexões são inerentes às atividades desenvolvidas nos espaços institucionais do Núcleo de Estudos e Praxiologias da Universidade e do Mundo do Trabalho (Núcleo Unitrabalho) da Universidade do Estado de Mato Grosso Carlos Alberto Reys Maldonado.

A metodologia aplicada foi a pesquisa participante, conforme colocam Brandão e Streck (2006), de interação dialogada entre sujeitos para revelar e explicar a existência em uma realidade social determinada. As técnicas de investigação, conectadas com momentos e dinâmicas de

Economia Camponesa, educação e complexos organizacionais: vozes dos/as camponeses/as relativas aos contextos vividos.

formação, inter-relacionou perguntas com respostas escritas individuais, debates em pequenos grupos para compartilhar as repostas individuais e a escrita de uma resposta intersubjetiva, a constituição de um coletivo em plenária para a discussão das respostas de todos os grupos e a síntese de um pensar sobre as complexidades da existência camponesa, das percepções de um grupo social sobre a realidade.

A exposição do texto segue a lógica da concepção dos contrastes do campo, onde apresentamos a leitura das condições existentes e os contrastes na organização do campo. Seguimos a reflexão expondo os sentidos sobre o campo para os/as camponeses/as. Complementamos tratando da economia camponesa e por fim das políticas públicas para o campo na perspectiva camponesa.

Rural e campo: concepções contraditórias

Para a exposição da reflexão sobre a configuração do campo diferenciamos entre o que fora historicamente denominado de espaço rural e o que se compreende por campo. Em primeiro plano destacamos que espaço rural é a afirmação da estrutura agrária que tem origem e é sustentada pelo pensamento latifundista empresarial, que visa a preparação dos trabalhadores, a organização do campo e as políticas públicas para o desenvolvimento da agricultura de exportação.

Em Marinho (2008) encontramos o argumento que expressa a concepção de que o meio rural está embasado unicamente numa visão reprodutivista das estruturas, da cultura e das relações de poder assentadas na questão agrária que historicamente marginalizou o homem e a mulher camponesa. Para esta perspectiva o campo é lido restritamente como espaço de produção de commodities, embasado nos interesses do capital e não dos sujeitos sociais do campo, os/as camponeses/as. Decorre desta leitura a marginalização e a expulsão dos que não se incluem na lógica do produtivismo das relações de trabalho competitivas do mercado organizado sob os auspícios do capital. Estão neste conjunto os grupos sociais como os camponeses (pequenos agricultores ou Sem Terra), os ribeirinhos, os extrativistas, os quilombolas, os indígenas e os povos da floresta.

Esta situação histórica, política e econômica começa a mudar, como demonstra Gohn (2006) a partir da luta e da articulação dos movimentos sociais. A autora elucida que as organizações coletivas e de cunho popular, são dinâmicas coletivas de agregação de pessoas e de entidades que se propõem a lutar por determinadas bandeiras sociais, que geram símbolos identitários, constroem projetos societários quanto a reforma agrária, a educação do campo e a economia camponesa, temáticas que estão no arcabouço da nossa reflexão.

Nas concepções de Caldart (2000), Molina e Jesus (2004) temos a interpretação dos movimentos sociais na especificidade da luta dos povos do campo. São visualizadas as resistências camponesas, da luta pela terra e pela reforma agrária. São as marcas das marchas dos Sem Terra, nas proposições educacionais, da ocupação de espaços nas universidades e na elaboração de

Economia Camponesa, educação e complexos organizacionais: vozes dos/as camponeses/as relativas aos contextos vividos.

políticas públicas para a educação, da proposição de novas práticas econômicas, a construção da ruptura com os referenciais latifundistas. É um processo de elaboração de referenciais que simbolizam o conjunto diverso das realidades econômicas, culturais e educacionais dos povos do campo, na constituição de territórios camponeses, de espaços formadores das identidades e das sabedorias do campo conforme desenvolvem o pensamento Paulino (2006) e Saborin (2009).

As ações dos movimentos sociais do campo são balizadores de novos conceitos, de práticas, de conteúdos, de metodologias e de epistemologias que modificam as perspectivas em relação à concepção de campo. Este será concebido como um espaço de vida, a constituição de um território de resistência dos camponeses, que lutam para terem acesso e permanecerem na terra, para a construção de empreendimentos autogestionários (Morais, 2002) e de processos coletivos formadores de consciências e de práticas sociais que se afirmam na solidariedade e na cooperação (Betanho, Eid e Oliveira, 2004).

Com a organização camponesa, o campo passa a ser concebido como um espaço ao mesmo tempo de produção material e da produção simbólica das condições de existência e da construção de identidades, da afirmação das culturas e das visões de mundo que representam a existência dos homens e das mulheres do campo. Portanto a organização, o movimento, a política, a educação do campo são construções dos sujeitos dos povos do campo que se mobilizam e se organizam em “redes de colaboração solidária” conforme Mance (2002) que afirmam a capacidade de diálogos e de práticas sociais de intercomunhão.

Neste sentido a afirmação é de um processo de construção participativo e afirmativo das culturas, das linguagens, da visão de mundo e da economia camponesa, dos povos do campo que são representados por diversos grupos sociais. Conforme a Resolução 01 do CNE/CEB:

[...] assalariados rurais temporários, posseiros, meeiros, arrendatários, acampados, assentados, reassentados atingidos por barragens, agricultores familiares, vileiros rurais, povos das florestas, indígenas, descendentes negros provenientes de quilombos, pescadores, ribeirinhos” (Brasil, 2002).

A proposta e a concepção de campo, de organização camponesa, de educação do campo que deriva da inserção dos/as camponeses/as na construção dos referenciais gnosiológicos, políticos e econômicos do campo se opõem e contradizem as práticas e as premissas da concepção do rural.

Os movimentos sociais do campo implantam uma dinâmica inversa. São atitudes e projetos de afirmação. Uma constatação importante é que a perspectiva do campo é construída pelos e com os sujeitos do campo. A formação humana e a organização da economia camponesa não são mais percebidas como uma dádiva de algum coronel fazendeiro ou do próprio Estado, mas são interpretadas como integrantes do direito universal dos seres humanos. Portanto o conceito ‘campo’

Economia Camponesa, educação e complexos organizacionais: vozes dos/as camponeses/as relativas aos contextos vividos.

carrega e afirma a universalidade do direito e como decorrência do direito e da afirmação da organização da economia e da educação camponesa são pensados e propostos projetos a partir das especificidades dos diferentes contextos históricos e culturais do campo e dos sujeitos que afirmam as suas identidades.

Para apreender os diversos sentidos expressos nas ações e nas investigações de campo apresentamos e interpretamos seguindo a ordem: contrastes da organização do campo; os sentidos de campo; economia camponesa; e, políticas públicas.

Contrastes da organização do campo

Apreendemos os contrastes da organização do campo em cinco situações que constituem uma totalidade na leitura dos contextos camponeses: a desarticulação política nos espaços camponeses; a cultura camponesa nucleada na família; as implicações das externalidades dos poderes políticos; a organização econômica setorizada e os desenhos sociais constituintes da reprodução social da vida no campo.

Nas inserções em atividades de extensão e de pesquisa com os sujeitos sociais e ao refletirmos sobre a configuração dos espaços do campo percebemos em primeiro plano que, apesar de existirem diversas entidades sociais e de pesquisa que tem como objetivo trabalhar com as comunidades do campo, estas estão *desarticuladas das causas coletivas em assentamentos e comunidades tradicionais, e não se articulam para construir processos de trabalho conjunto*.

O corolário desta avaliação é a indicação que a situação de desarticulação ocorre devido a não existência de um projeto objetivado para o desenvolvimento integral do campo. Apesar dos poucos recursos materiais e financeiros para a realização das atividades, é indicada a limitação dos resultados finais para os prováveis beneficiários, os/as camponeses/as, devido à uma rotineira repetição de ações e de objetivos.

Esta situação tem duas consequências, permanecendo basicamente, quando relacionada à produção de conhecimentos, ao processo de levantamento de informações, e, quando ligada a produção econômica, a um repasse desarticulado de informações. Estas situações levam a uma condição institucional mais grave, que está indicada na parte primeira da oração em itálico logo acima, que é o desligamento dos processos organizativos e coletivos das comunidades e daí a não capacidade de geração de projetos que respondam efetivamente aos objetivos das comunidades camponesas. Há como consequência desta situação a transferência descolada de programas governamentais que não são absorvidos devidamente pelos agentes do campo.

Uma segunda situação problematizada se refere ao ambiente cultural nas comunidades do campo e está indica a *forte presença do pensamento e ações individualistas dos/as agricultores/as*.

Economia Camponesa, educação e complexos organizacionais: vozes dos/as camponeses/as relativas aos contextos vividos.

Aferimos duas consequências desta avaliação. A primeira é a cultura do individualismo e como desdobramento as dificuldades organizacionais para a cooperação econômica, inserido em um contexto mais amplo que é a esfera cultural competitiva. O segundo corolário pode ser aproximado da estrutura da agricultura familiar, que embasada na propriedade privada da terra (dos meios de produção), leva ao isolamento do trabalho mobilizado em torno da família.

Há por esta ambiência dificuldades para transpor os limites das possibilidades de cooperação política e econômica, em primeiro plano, entre os membros da família e as mais próximas, que são as da vizinhança, para um plano superior de organização econômica, de maior envergadura e que favoreça o empoderamento e a autonomia do campesinato, a constituição e o desenvolvimento de empreendimentos econômicos solidários.

Associado a estas dificuldades está a terceira constatação que é da *presença permanente de agentes externos e internos que atuam na desarticulação da comunidade - formação também precisa ser permanente*. Como resultante da fragilidade organizacional coletiva e por isso do absentismo político e da despolitização, há o favorecimento da presença e da influência de ações políticas e culturais que provocam intrigas entre as pessoas além de serem causadoras do reforço da cultura da desagregação. Os agentes externos usam de métodos de políticas tradicionais, no sentido de reforçar atitudes clientelistas e paternalistas, com promessas de resolução dos problemas econômicos e/ou sociais (como da educação, da saúde) sem provocar a autonomia da comunidade para a conquista das soluções necessárias e definitivas.

Esta ambiência cultural e política é corroborada por agentes e lideranças das próprias comunidades que geralmente, frente à situação de desorganização, percebem no agente externo uma força para a promoção de respostas imediatas às demandas da comunidade. É apreendendo a complexidade deste quadro que está indicada a necessidade da formação permanente dos/as camponeses/as, na perspectiva de geração da consciência política e organizativa. A compreensão que temos é que este processo deve se dar pela via da práxis, portanto inserida nos contextos que configuram a economia camponesa. É por isso participativa e propositiva a partir dos contextos que indicam as dificuldades e as proposições dos diversos contextos das comunidades do campo.

Esta esfera política é complementada com as situações econômicas, a nossa quarta dimensão. Surge ligada a estas a indicação de que a *necessidade do/a agricultor/a é produzir, comercializar e gerar renda. Falta de articulação entre campo e cidade, necessária para o planejamento da produção e comercialização*. Aqui temos uma situação de ligação entre a produção e o consumo. Na produção há a avaliação que há saberes que fundam as práticas cotidianas dos/as camponeses/as. A afirmação constante é: *nós sabemos produzir, falta mercado para os nossos produtos*. Pela

Economia Camponesa, educação e complexos organizacionais: vozes dos/as camponeses/as relativas aos contextos vividos.

ausência de um mercado consumidor seguro e planejado há limitações para a produção, que por sua vez também não será planejada.

Ocorre por estas vias a produção exagerada de determinados produtos, por exemplo, abóbora/mandioca, e com a ausência de outros, carnes/verduras. Há um vazio no campo, um sentimento subjetivado de incompetência, de desresponsabilização e de desistência, porque não vale a pena a insistência num trabalho que traduza o retorno compensatório do bem viver no campo. Mas a subjetividade é provocada pela objetividade, isto é, pela ausência das condições reais de produção e de comercialização. Aqui estabelecemos que a objetividade e a subjetividade se constituem reciprocamente, pois mesmo indicando os limites econômicos do trabalho do campo, há uma resistência e uma persistência que é indicador de possibilidades de transformação da realidade do campo.

A resistência começa na avaliação do modelo de agricultura organizada sob os princípios modernos. Há a indicação que a *revolução verde causou mudanças estruturais na agricultura familiar que demanda e gera a necessidade de dinheiro em espécie*. Reconhece-se a dependência da agricultura moderna aos mecanismos de mercado. É uma dependência que inviabiliza a agricultura familiar camponesa visto que os custos de produção da agricultura moderna são extremamente altos e demanda recursos que não estão na propriedade do campo, mas nas propriedades do mercado capitalizado, ou seja, no sistema financeiro, na pesquisa acadêmica, nas redes de comercialização de insumos como sementes, fertilizantes e todas as formas de químicos sintéticos, dominados e controlados pelas multinacionais do ramo do agronegócio. Os agentes da agricultura moderna transferem o centro de decisão para o mercado capitalista e tornam-se dependentes deste.

A modernização da agricultura, e mesmo nos espaços não modernizados, que é pela via da ausência de políticas públicas para o desenvolvimento da economia camponesa, é provocadora de situações que ilustram que a organização do campo se embasa na *monocultura do gado (leiteiro) na agricultura familiar/camponesa*. Esta forma de organização é ilustrada como limitadora da capacidade de ampliação da produção e do consumo. Mas pela via da ausência é que é explicável a opção por uma via única de produção. Mas esta provoca no campo a *baixa diversificação da produção e insegurança alimentar*. Estas duas situações são dois pontos que se complementam, ao produzir menos e com menor diversificação, há menor possibilidade da sustentação adequada em termos alimentares no próprio campo, que se torna a expressão da ambiguidade extrema. Esta avaliação está associada na indicação que *pela incapacidade de acessar os mercados o agricultor deixa de produzir para o próprio consumo, que demanda mais necessidade de dinheiro*.

O cenário econômico e político do campo influi imediatamente no desenho social. Duas situações neste sentido se articulam. A primeira diz que a *juventude está sem perspectivas de vida no campo e por isso buscam a cidade*, há, portanto, um *envelhecimento do campo*. Como consequência há o indicador que um *número considerável de famílias vivendo com a renda originária de aposentadorias e não da produção*. O desligamento produção e possibilidade de reprodução social da família no campo é gerador de um *cenário de venda de terras pelos/as agricultores/as que favorece a formação de novos latifúndios*, daí a necessidade de refletirmos sobre os processos de constituição das estruturas agrárias, que indicam as opções que são feitas em termos de políticas públicas e de modelo de desenvolvimento não somente do campo, mas da sociedade como um todo.

Os sentidos do campo

A exposição sobre o significado do campo absorve os sentidos expressos pelos/as camponeses/as. A partir das expressões dos/as camponeses/as sistematizamos em categorias analíticas para interpretar os sentidos de campo para os próprios sujeitos que vivem do e no campo. O campo é interpretado pelos sujeitos como um espaço que é constituído por múltiplas configurações sociais: como espaço de vida, da diversidade cultural, da educação, da política, da economia, da ecologia, das contradições e da ausência do Estado.

Enquanto espaço da vida é afirmado o lugar da moradia, de onde se tira as condições de (sobre) vivência. Há uma identificação com relação à construção de proximidades com a terra, com a casa, no sentido da (*oikos*), isto é, do cuidado que se deve ter com a morada, o lugar do aconchego da família e da comunidade. Portanto é o *espaço utilizado para a vida de quem nele vive, que vive da agricultura familiar*.

O viver no campo é completado e é correlacionado às diversas atividades: econômicas, sociais, culturais e políticas. Têm-se uma perspectiva de desenvolvimento, isto é, de abrir possibilidades e das potencialidades existentes nos espaços do campo, tendo como horizonte a permanência e o bem viver no campo. Portanto, a posição de contraposição das comunidades camponesas às tendências do modelo econômico dominante, do capitalismo do agronegócio, de expulsar o homem e a mulher do campo.

Um dos desafios é de fato fazer o campo o *local de viver respeitando e preservando o meio ambiente para garantir a sustentabilidade*. O meio ambiente como a interação homem-natureza percebido de forma sistêmica (integrada e interdependente), onde se pode cultivar a terra e conservar as condições naturais: rios, solos, matas. Complementar a esta ideia está a proposição de uma leitura crítica em relação à teoria ecológica da sustentabilidade, que mostra os processos socioculturais de

Economia Camponesa, educação e complexos organizacionais: vozes dos/as camponeses/as relativas aos contextos vividos.

um modelo econômico predador, isto é, as atitudes do ser humano destruidoras do ambiente biofísico: os rios estão assoreados, as matas ciliares destruídas, os solos enfraquecidos e compactados. A questão que permanece é: como reverter as situações de destruição ambiental? Como recuperar o equilíbrio ambiental, manter e legar a natureza para as próximas gerações?

Mas o campo é percebido como o *lugar onde as pessoas ainda têm tranquilidade para criar os seus filhos*. A expressão ‘ainda’ é uma comparação e uma contraposição aos espaços de violência e de insegurança que a imagem da cidade passa. Mas ao mesmo tempo carrega uma esfera coletiva de preocupação com a possibilidade do ‘lugar da tranquilidade’ ser invadido pelos usos e costumes que quebram com as relações sociais tranquilas: as bebidas, as drogas, a prostituição, os roubos, a violência. O ‘ainda’ demonstra neste caso já uma presença e por isso a indicação do cuidado com o lugar, com a *oikos* (a casa da morada, a comunidade).

A segunda configuração social destacada é o campo como espaço da diversidade cultural: é o espaço dos quilombolas, dos ribeirinhos, dos assentados e dos migrados. Daqueles que *mantêm a tradição cultural, da convivência entre as comunidades*. O reconhecimento da diversidade cultural do campo contrapõe-se às tendências de homogeneização (de tornar uma cultura só), e impõe o desafio de conhecer e revelar todas as culturas, os costumes, os gostos e as linguagens.

O campo formado por comunidades diversas apresenta formas distintas de relação sociedade-natureza, da percepção de conservação da diversidade ambiental, da organização da produção e do consumo, da ocupação da terra, da concepção de educação, do sentido de presente e de futuro. A diversidade é também conflitante, pois confronta visões de mundo e de práticas sociais. Mas a diversidade nas comunidades camponesas não deve ser antagônica (que gera o conflito mortal, da expulsão, da exclusão social). A diversidade deve ser dialógica, que promove o encontro entre os diversos grupos através do qual se aprende com o outro. A diversidade do campo como espaço de encontro, pois *campo são pessoas, o espaço e a maneira de se relacionar*.

O campo como espaço da educação, *da necessidade da educação do homem e da mulher do campo, para mantê-lo no campo, com uma vida socialmente viável*. Não a educação que aliena, que leva ao campo a visão de mundo da cidade e que promove a saída do homem e da mulher, principalmente dos jovens do campo. Mas a educação do campo, que afirma a cultura, a simbologia, a linguagem do campo, e traduz a cultura camponesa num projeto de desenvolvimento integral do campo, que associa a educação do campo à ecologia e à economia camponesa.

A configuração social do campo como espaço político indica a *necessidade da organização dos/as camponeses/as: em associações, em cooperativas*. Portanto é um lugar de interação onde as pessoas se organizam (ou devem se organizar) para melhorar as suas condições de vida. A política é compreendida como a “arte de bem governar [bem cuidar] os espaços públicos”. A política como

Economia Camponesa, educação e complexos organizacionais: vozes dos/as camponeses/as relativas aos contextos vividos.

arte está ligada à capacidade do exercício da cidadania, da participação, da responsabilidade pessoal e coletiva, tanto das organizações públicas como das escolas, bem como das organizações econômicas, políticas e culturais dos/as camponeses/as.

A política (*politics*) que é um movimentar, a dinâmica *da paixão pelo campo que deve mover cada um de nós, para exigir dos governantes*. Esta ideia é a da representação, da responsabilização do Estado [do governante] para a efetivação de ações e de projetos que correspondam com as necessidades e as demandas do campo. Complementar às atitudes políticas que são exigentes em relação aos governantes está a concepção do campo como *espaço de lutas pela sobrevivência e descobertas*, isto é, expressa a necessidade de autonomia organizacional, da luta social pela legitimidade democrática, pelo debate e para a conquista das políticas (*policies*) que correspondam às construções coletivas e participativas. A política como uma ação pedagógica, pela qual se aprende o que é a sociedade, como ela é e como ela pode ser.

O campo como espaço da economia é a quinta configuração social que diz do lugar *onde a gente planta e colhe para a sociedade*. É a ideia fundante do princípio da economia camponesa que tem a produção de alimentos para o autossustento camponês e para o consumo na cidade como a principal razão de organização. Mas é a partir desta perspectiva que é manifestada a necessidade de *maiores incentivos e apoios para a organização e o escoamento da produção*. É a condição de não apoio das políticas públicas efetivas para a agricultura familiar camponesa que é contestado e ao mesmo tempo são indicados caminhos para a mobilização de ações viabilizadoras da economia camponesa. Entre os caminhos apontados está o enfrentamento das estruturas sociais que possibilitam *a má distribuição da riqueza do que é produzido*. Alcança esta proposição a possibilidade de avançar na construção de uma sociedade solidária.

Há além da indicação de caminhos alternativos, as constatações de situações que necessitam ser combatidas. O campo neste caso é compreendido como espaço do desequilíbrio ecológico. E como características do desequilíbrio ecológico estão indicadas: *o desmatamento e queimadas que destroem a alimentação silvestre, o manejo inadequado dos solos e do solo pobre, herança dos antigos fazendeiros* [no caso das áreas de reforma agrária], *os animais que comem a produção: papagaio, capivara, macaco* e *da falta de água*. Estes apontamentos são manifestações de uma coletividade desorganizada e desgovernada em relação a um projeto ecológico e econômico mais amplo, mas que ao mesmo tempo faz a leitura das condições existentes, dos limites do crescimento insustentável em termos ambientais.

A sétima configuração social construída é a concepção do campo como espaço das contradições. As contradições aparecem como características de projetos políticos e econômicos destinados ao campo. Uma das situações se vincula aos cenários da modernização do campo,

Economia Camponesa, educação e complexos organizacionais: vozes dos/as camponeses/as relativas aos contextos vividos.

enquanto um projeto da classe social burguesa, promove a *expulsão do homem e da mulher*, [provocando o] *êxodo rural*, de um campo que não é assistido pelo poder público porque *falta infraestrutura como estradas, escolas, comunicação, saúde*, do campo que sofre com a *ausência de assistência técnica que corresponda com a agricultura familiar*.

Estas situações são contrapostas pelo projeto de resistência e de proposição dos/as camponeses/as, dos/as trabalhadores/as, que têm como característica a luta e a *conquista da terra*, que tem como matriz as lutas sociais *pela afirmação das identidades dos povos do campo*, e no qual *o trabalhar no campo é orgulho, pois precisamos da terra que nos alimenta*.

O campo ainda se configura como o espaço da ausência do Estado. A ausência do Estado é indicada pelas *dificuldades nas políticas públicas*, que são enfrentadas, quando se trata do *descaso em desenvolver a agricultura familiar*. A partir da constatação da ausência, há a indicação da necessidade da presença do Estado, porque *o campo precisa de apoio do governo para desenvolver-se e fortalecer-se*, na afirmação de políticas públicas na capacitação, isto é, *investir para que os agricultores aprendam novas técnicas para trabalhar no campo*.

Para finalizar transcrevemos duas afirmações síntese construídas nos espaços de formação e de interação entre camponeses/as. Estas constituem teses orientativas nos processos de mobilização, organização e explicação dos espaços camponeses. A primeira diz que

[...] o campo é o espaço rural com todas as suas especificidades: diversidade cultural, racial, valores que passam de geração a geração. Apresenta atividades produtivas como: agricultura, pecuária que são a base de sustentação de toda a sociedade. O campo é a união do homem com a natureza. É o povo que sofre muito para se fortalecer, tanto para se educar (escolas), quanto para reivindicar seus direitos, garantindo a permanência no campo. Embora tenha toda essa importância social, o meio rural enfrenta diversos problemas e dificuldades, principalmente com relação ao transporte e manutenção das estradas.

E a segunda ilustra que o campo

[...] é o lugar de produtividade agrícola onde precisa de melhorias para que os jovens não precisem sair do campo para ter uma vida melhor. Nós jovens precisamos de um pouco mais de atenção da parte dos governantes. Em nossa comunidade, os jovens estão um pouco esquecidos, pois estão tendo que ir para a cidade para ter uma vida melhor, para viver com dignidade na sociedade, pois muitas vezes as pessoas do campo são desvalorizadas. Pois para muitas pessoas do campo são pessoas matutas, que não sabem nada.

Os dois pensamentos traduzem ideias forças que demonstram as complexidades e as interdependências dos processos constituintes dos espaços camponeses, da diversidade cultural, da organização econômica, das bases políticas e ecológicas, da configuração social e estas ligadas às práticas pedagógicas em específico e da educação do campo em geral como formadores de representações sociais dos sujeitos sociais do campo.

Economia camponesa

Para compreendermos a economia camponesa devemos nos colocar além das forças modernizadoras no estilo capitalista, que são denominadas de agronegócio. Consideramos que existiram e existem no campo forças políticas, culturais e sociais que não se submeteram ao processo modernizador do capital. A resistência está centrada nas organizações e nos movimentos sociais camponeses. Estas forças são mobilizadoras de processos que denominamos de economia camponesa como um “sistema econômico não capitalista”.

O estudo da economia camponesa como economia não capitalista foi realizado pioneiramente por Alexander Chayanov (1985), um investigador russo, de formação inicial em agronomia, mas que para compreender a lógica interna camponesa dedicou-se à leitura das teorias econômicas e das realidades empíricas que envolviam as organizações sociais e de produção do campo. Chayanov (p. 49) viveu numa realidade histórica na qual a maior quantia de produção agrícola¹ ocorria no modo de organização econômica chamadas de “unidade econômica familiar não assalariada”. Reconhecidamente a economia camponesa é aquela que não emprega trabalho assalariado como força de trabalho dominante de geração de renda, mas que usa predominantemente a força de trabalho dos membros da família.

É nestes termos que Chayanov critica a teoria econômica clássica por não apreender os processos econômicos distintos das categorias de análise da produção capitalista, como por exemplo, o salário e os preços de mercado. A tese de Chayanov (1985, p.52) é que “em uma economia natural, a atividade econômica humana é dominada pela obrigação de satisfazer as necessidades de cada unidade de produção, que são ao mesmo tempo unidades de consumo”. Portanto, o trabalho na unidade econômica camponesa tem como objetivo a satisfação das necessidades das pessoas. É um “sistema de unidades sobre uma base de economia natural e que serve exclusivamente para satisfazer as necessidades das famílias ou do coletivo de trabalhadores” (Chayanov, 1985, p.52). Esta base desenha uma característica importante: a relação entre a produção e o consumo: “o pressuposto aqui é um alto grau qualitativo: para cada necessidade familiar há de prover-se em cada unidade econômica o produto qualitativamente correspondente *in natura*” (Chayanov, 1985, p.52).

Para a satisfação das necessidades, a família camponesa estabelece uma relação de equilíbrio entre a produção e o consumo. Nesta definição há uma “elasticidade” entre a definição de

¹ Como ocorre nos nossos tempos em que a maior produção de alimentos ocorre na agricultura camponesa.

Economia Camponesa, educação e complexos organizacionais: vozes dos/as camponeses/as relativas aos contextos vividos.

necessidades e a produção do suficiente para a satisfação. A satisfação das necessidades da unidade econômica familiar tem graus valorativos distintos, porque há um correspondente sistêmico entre a produção e o consumo. Por esta característica a unidade econômica familiar não tem como prioridade da produção quantitativa de produtos para promover um *quantum* remunerativo no mercado, próprio da economia capitalista, mas da produção qualitativa de produtos e de variedades para a satisfação das necessidades convencionadas na família. Esta possibilidade de produção ocorre quando o camponês controla os meios de produção e estabelece a unidade familiar como uma unidade de trabalho. É nesta unidade de trabalho que são produzidos os bens materiais que resultam na satisfação das necessidades e a intensidade do trabalho.

Assim afirma Chayanov (1985, p. 54),

a quantidade de produto do trabalho é determinado principalmente pelo tamanho e pela composição da família trabalhadora, do número de seus membros capazes de trabalhar e, ademais, a produtividade da unidade de trabalho e isto é especialmente importante, o grau de esforço dos trabalhadores, o grau de autoexploração mediante a qual os membros trabalhadores efetuam certa quantidade de unidades de trabalho no curso do ano.

Chayanov (1985, p. 54) explicita um pressuposto na organização camponesa que demonstra que “o grau de exploração determina um equilíbrio peculiar entre a satisfação da demanda familiar e a fadiga do trabalho”. Desta forma explica que é possível um aumento do grau de fadiga do trabalho ou da autoexploração para a satisfação das necessidades. A intensidade do trabalho depende das condições de trabalho, suportando até o limite da fadiga quando são estabelecidos graus internos na unidade familiar que decidem os parâmetros econômicos da satisfação.

Além destes limites a fadiga do trabalho torna-se insuportável, portanto, diminui-se o ritmo, a quantidade de trabalho e a perspectiva de consumo para a satisfação das necessidades. No entanto, com o alcance de condições mais adequadas de trabalho há um aumento da produtividade do trabalho na unidade econômica familiar, relação que possibilita a obtenção da suficiência da satisfação das necessidades e o aumento das perspectivas de bem viver na família com a diminuição da fadiga do trabalho.

Para Chayanov (1985, p. 55) o “ponto de equilíbrio é muito variável”. Este é construído a partir de duas dimensões estruturantes, uma diz das relações e as situações de mercado, que determinam o grau de exploração e de fadiga do trabalho, e a outra condiz com o tamanho da família, porque determina a quantidade de consumo. Desta forma há uma correlação entre “avaliações subjetivas” e as “condições objetivas” que são estabelecidos e confrontados na unidade econômica camponesa para a satisfação mais alta das necessidades. Daí que a “cada aumento de produtividade do trabalho tem como consequência a obtenção da mesma quantidade de produtos com menos

Economia Camponesa, educação e complexos organizacionais: vozes dos/as camponeses/as relativas aos contextos vividos.

trabalho” (Chayanov, 1985, p. 55). Desta forma há a busca de “formas ótimas de organização” (Chayanov, 1985, p. 56), ou seja, aquelas que permitam renda maior por trabalho realizado.

Além desta perspectiva inicial de Chayanov, Zart (2011) apresentou um conceito que resultou das reflexões que tiveram como base as observações de campo e as pesquisas com camponeses. A definição foi expressa da seguinte forma:

[...] estamos aqui defendendo um conceito de economia camponesa que incorpora o reconhecimento da diversidade cultural, a biodiversidade dos ecossistemas, os processos organizacionais democráticos e participativos, a agroecologia como sistema de produção e de valoração ética, os empreendimentos econômicos solidários, portanto coletivos e autogestionários. A economia camponesa é um modo de vida no campo que vai além da agricultura, que por sua vez requer tecnologias de produção que atendam as especificidades que caracterizam a produção do campo (Zart, 2011, p. 27).

Com esta definição afirmamos que a organização social camponesa está estruturada a partir de relações sociais complexas. A primeira tese é, enquanto militantes e pesquisadores do campo, contrapormo-nos às concepções dominantes dos ideólogos, políticos ou cientistas, do agronegócio que a economia camponesa é simples (no sentido de simplista) e arcaica. A segunda que decorre desta é a necessidade que temos de gerar ambiências institucionais que possibilitam: a) as pesquisas que apreendam a complexidade camponesa; b) a formação de profissionais técnicos que interagem dialogicamente com a organização camponesa; c) a educação do campo que apreenda a diversidade histórica, simbólica e cultural do campo; d) o desenvolvimento de tecnologias adequadas ao desenvolvimento camponês, d) o reconhecimento dos saberes da terra; e) a percepção da interação dos/as camponeses/as com o meio natural, portanto as formulações e as práticas ecológicas; f) a construção de políticas públicas que apreendam a complexidade camponesa e implantem processos de desenvolvimento correspondentes aos processos do campo.

As institucionalidades são referentes às universidades, aos institutos de pesquisa, às escolas, aos órgãos governamentais, aos poderes públicos, aos movimentos sociais do campo, às organizações dos próprios camponeses como associações e cooperativas. Avaliamos que para compreendermos adequadamente o campo necessitamos construir referenciais teóricos que nos possibilitam realizar o movimento interpretativo que conjuga as lógicas internas das diversidades camponesas com as relações e as estruturas sociais mais amplas das políticas públicas, das relações de mercado, da formação nas dimensões científicas e tecnológicas.

Políticas Públicas

Compreendemos a constituição, a implantação e a avaliação de políticas públicas como um processo de interlocução, complementar e/ou conflituosa, de três atores fundamentais que

Economia Camponesa, educação e complexos organizacionais: vozes dos/as camponeses/as relativas aos contextos vividos.

apresentam interesses e disputam projetos, posições e recursos nos espaços das políticas (*politics*)². O Estado é um desses atores. É o ator privilegiado porque detém o controle sobre as técnicas administrativas, processuais, financeiras e do uso legítimo da força coercitiva e física. O segundo ator que colocamos é o do mercado, que engloba a organização e a atuação da força política do setor empresarial capitalista. O terceiro ator provém das forças políticas formadas pelas organizações, entidades e movimentos sociais populares, da classe trabalhadora. Para a compreensão correta é necessário que tenhamos em vista que nenhum destes blocos de atores é homogêneo e fechado. Na realidade da política cotidiana se estabelecem táticas políticas para a defesa estratégica dos seus interesses. Portanto na construção das políticas (*policy*)³ há uma correlação de vários atores, estratégias e forças que atuam para a legitimação das suas proposições. A maior ou menor legitimidade, isto é, da possibilidade de convencimento dos outros atores, depende da maior ou menor organização e argumentação dos atores participantes nas relações de força política.

Podemos já delimitar que as políticas públicas (*public policy*) não são resultantes exclusivas das ações dos técnicos dos governos. As proposições exclusivas de governos são denominadas de políticas governamentais. As políticas públicas são um campo de ação que envolvem a negociação de diversos atores que procuram a resolução de problemas públicos a partir da sua base filosófica e a partir dos seus interesses. Assim podemos apresentar o seguinte conceito: “políticas públicas tratam do conteúdo concreto e do conteúdo simbólico de decisões políticas, e do processo de construção e atuação dessas políticas” (Secchi, 2010, p. 1).

Acrescentamos mais a esta definição, que está na p. 2 da mesma obra: “uma política pública é uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público”. Aqui fica uma questão: o que é um problema público? Mais: “uma política pública é uma orientação à atividade ou à passividade de alguém”. É interessante destacar que tanto a presença ativa (nós temos propostas e ajudamos a realizar), quanto a passiva (deixar que outros façam e nós estamos fora), integram o campo das políticas públicas, são duas atitudes distintas de legitimação. Complementamos a definição: “uma política pública possui dois elementos fundamentais: a intencionalidade pública e a resposta a um problema público”. Isto é, a intenção resulta da participação ativa dos atores e definem: nós queremos resolver tal problema. A segunda parte da orientação nos ensina que há uma decisão de resolução: nós vamos realizar, que não é uma atitude de espera passiva, mas de uma inserção ativa e propositiva.

² Secchi (2010) segue Norberto Bobbio e define que está “é a atividade humana ligada a obtenção e manutenção dos recursos necessários para o exercício do poder sobre o homem” (p. 1).

³ “Esta dimensão da política é a mais concreta e a que tem relação com orientações para a decisão e a ação” (p. 1).

Mas o que é um problema público? Seguimos com Secchi (2010, p.7) quando reconhece que as políticas públicas existem devido aos problemas públicos. “Um problema existe quando o *status quo* é considerado inadequado e quando existe a expectativa do alcance de uma situação melhor”. O problema se torna público quando envolve uma quantidade notável de pessoas, que tem uma organização qualitativa, bem articulada para publicizar o problema, colocá-lo na agenda dos fazedores de políticas (*policymakers*), gerar normas, procedimentos nos espaços estruturados e estruturais do Estado, institucionalizando os problemas, as proposições e as metodologias de participação para gerar respostas adequadas. Portanto, “o problema público é a diferença entre a situação atual e uma situação ideal possível para a realidade pública” Secchi (2010, p.7). Desta forma questionamos: quando é que um problema da escola do campo se torna um problema público para a política pública da educação do campo? Como transformar um problema da reforma agrária ligada à produção, comercialização, infraestrutura do campo para que se torne uma questão de política pública?

Secchi (2010, p.5) ainda define que as políticas públicas envolvem tanto as “diretrizes estruturantes (de nível estratégico) como as diretrizes de nível intermediário e operacionais”. O nível estratégico são as grandes orientações, os princípios que fundamentam as práticas sociais. Desta forma: quais são diretrizes estratégicas da educação do campo, da socioeconomia solidária, da agroecologia, da reforma agrária? Quem define essas diretrizes? Quais são as diretrizes operacionais (leis, resoluções, órgãos de gestão) para a consecução das políticas públicas ligadas às lutas sociais das organizações políticas populares? Quem são os atores sociais que integram as organizações populares? Quais são e como as diretrizes operacionais são implantadas nos espaços públicos em relação à Nação, ao Estado de Mato Grosso e nos Municípios? Como os movimentos sociais e as organizações populares influenciam as políticas públicas? Elas são ativas ou passivas no processo de constituição das políticas públicas?

Permanece a questão para a reflexão: como participamos dos processos de elaboração, implantação e avaliação das políticas públicas? Quais problemas e demandas elas atendem? Quais grupos de interesses e pressão e quais agendas são priorizados? Porque a agenda de determinados grupos sociais são priorizados?

Os movimentos sociais do campo articulados com entidades religiosas e universidades constituíram ações de organização a partir das bases populares. As mobilidades camponesas se constituíram para a defesa da reforma agrária, da ampliação das condições de produção, da assistência e desenvolvimento tecnológico, do acesso e permanência na escola, desde o ensino infantil ao ensino superior, do direito à saúde pública.

Economia Camponesa, educação e complexos organizacionais: vozes dos/as camponeses/as relativas aos contextos vividos.

As estratégias de auto-organização dos/as camponeses/as geraram ambiências para a ampliação da consciência social e política. O reconhecimento como sujeitos políticos com direitos os mobilizou às marchas para a conquistas de espaços no Estado, para a construção, proposição, defesa e implantação de políticas públicas de redistribuição dos recursos. As políticas distributivas e constituintes são necessárias para a elevação das condições de existência para as classes sociais oprimidas. Os movimentos camponeses ao inserir as políticas públicas em sua agenda se colocam num contexto de conflitos sociais. Colocam-se frente às possibilidades de construção de projetos de educação do campo, de assistência técnica, de financiamento público de estruturas de produção. Condições e situações necessárias para o desenvolvimento dos complexos organizacionais da economia camponesa.

Considerações Finais

O campo é um complexo de condições e de situações existenciais. Traduz a existência de sujeitos individuais e coletivos na produção, no consumo, na cultura, na educação.

A inserção da universidade em atividades de extensão com curso de formação, em processo de organização e de pesquisa é um compromisso de interação e de diálogos para a explicação e a compreensão dos fenômenos socioeconômicos que constituem as realidades sociais camponesas.

Os diálogos com as/as camponeses/as possibilitam a apreensão e a sistematização das percepções sobre as ambiências vividas. Traduzem os significados sobre a economia, a política, a educação. Expressam as frustrações de projetos individuais e coletivos. Vocalizam as possibilidades de construção social de realidades que viabilizam a existência no campo.

Os/as camponeses/as aprenderam na história a relevância política da auto-organização. Constituíram sindicatos, associações, cooperativas, movimentos sociais. Desafiaram os limites das imposições das classes sociais dominadoras e avançaram na proposição, implementação e avaliação de políticas públicas para os povos do campo. São avanços na construção da democracia popular e participativa.

Foi no contexto das lutas sociais reivindicativas e propositivas que os camponeses organizados em movimentos sociais construíram os referenciais da educação do campo. Esta é uma referência que nasceu, se constituiu e se fortaleceu nos grupos de estudos, nas marchas, nos encontros, nas conferências. É a expressão da efetividade simbólica e cultural dos povos do campo, a linguagem que expressa a existência, a pedagogia que ensina e aprende com as práticas sociais, a filosofia que reflete os limites e as possibilidades da existência camponesa.

Economia Camponesa, educação e complexos organizacionais: vozes dos/as camponeses/as relativas aos contextos vividos.

A educação do campo é o encontro e a confluência de diálogos, de projetos, de referenciais teóricos e de práticas sociais geradoras de pensamentos de compreensão da complexidade do campo, da interação da cultura, da política e da economia solidária.

As reflexões nos possibilitaram apreender criticamente os contrastes das existências camponesas.

a) Desarticulação política das entidades de apoio às comunidades do campo bem como a não confluência de um projeto de desenvolvimento da economia camponesa.

b) A cultura camponesa se assenta na cultura da unidade familiar de produção e de consumo provocando um contexto de isolamento e de parcelamento das atividades econômicas e políticas.

c) Influência de poderes externos à comunidade camponesa que implicam no absenteísmo e na despolitização política.

d) A organização econômica que precisa ser compreendida como sistema integrado entre a produção, o consumo e tecnologias adequadas para o planejamento e o desenvolvimento integrado do campo

e) O desenho social de esvaziamento do campo pela migração da juventude quando o campo não se constitui num espaço ampliado de reprodução social da vida

f) O sentido do campo que deve ser apreendido como um espaço múltiplo. Constitui-se na existência das pessoas, lugar de moradia, das vivências, do cuidado com a comunidade. Da produção, do consumo, do trabalho e dos cuidados com a comunidade e com as pessoas

g) A necessidade e o processo da construção de políticas públicas que apreendam e viabilizam a existência de todas as dimensões da existência camponesa: a educação, a cultura, a economia e a política de constituição de espaços sociais autodeterminados.

A educação do campo é um complexo de relações sociais e cognitivas que possibilita a articulação de sujeitos, de pensamentos e de práticas sociais para a constituição e a estruturação de aprendizagens e de organizações para o desenvolvimento da economia camponesa, da política de auto-organização e a afirmação da cultura e dos territórios dos povos do campo.

Referenciais

BETANHO, Cristiane, EID, Farid e OLIVEIRA, Rosaura M. C. Economia Solidária e Marketing no Cooperativismo de Reforma Agrária: um estudo com educandos do ITERRA. In. ZART, Laudemir Luiz (et al.). **Educação e Socioeconomia Solidária**: paradigmas de conhecimento e de sociedade. Cáceres, Editora Unemat, 2004.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues e STRECK, Danilo Romeu (Orgs.). **Pesquisa Participante**: o saber da partilha. Aparecida/SP: Ideias e Letras, 2006.

Economia Camponesa, educação e complexos organizacionais: vozes dos/as camponeses/as relativas aos contextos vividos.

BRASIL, Ministério da Educação. Resolução CNE/CEB 1/2002.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2000.

CHAYANOV, Alexander V. **La Organización de la Unidad Económica Campesina**. Buenos Aires, Ediciones Nueva Visión, 1985.

MANCE, Euclides André (Org.). **Como Organizar Redes Solidárias**. Rio de Janeiro: DP&A, Fase, 2002.

MARINHO, Ernandes. **Um Olhar sobre a Educação Rural Brasileira**. Brasília: Editora Universa, 2008.

MOLINA, Mônica Castagna; JESUS, Sonia Meire Santos Azevedo de (Org.). **Contribuições para a construção de um projeto de educação do campo**. Brasília, DF: Articulação Nacional “Por Uma Educação do Campo, 2004. Coleção Por Uma Educação do Campo, n. 5.

MORAIS, Clodomir Santos de. **Teoria da Organização Autogestionária**. Porto Velho: Ed.Ufro, 2002.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Por uma Geografia dos Camponeses**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

SABORIN, Eric. **Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade**. Trad. Leonardo Milani. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

ZART, Laudemir Luiz. Economia Camponesa. In. ZART, Laudemir Luiz. **Educação do Campo: formação e desenvolvimento comunitário**, Caderno Pedagógico 1. Cáceres: Editora da Unemat, 2011.

Recebido: 12/03/2024
Aprovado: 13/07/2024
Publicado: 01/07/2024

